

RESUMO:

Quando ouvimos a palavra caridade, logo concluímos que é uma prática religiosa que tem por intenção a assistência material e espiritual aos mais pobres da sociedade. Partindo desta concepção, foi que surgiu o interesse de analisar a dupla face da caridade, ou seja, expressão religiosa de homens e mulheres de uma determinada denominação religiosa e instrumento de fiscalização e controle de mulheres e homens que não têm acesso aos bens e serviços da comunidade. Tem-se por finalidade ainda, compreender como a prática caritativa foi, em determinadas situações, apropriada pelo Estado para se omitir na atenção à população carente de bens materiais.

PALAVRAS CHAVE: Religião, igreja, caridade, pobreza, Estado

ABSTRACT:

When we heard the word charity, soon we concluded that it is a religious practice that has for intention the material and spiritual assistance to the more poor of the society. Leaving of this conception, it was that the interest appeared of analyzing the couple face of the charity, in other words, men's religious expression of a certain religious denomination and fiscalization instrument to control men and women do not have access to the goods and the community's services. It is had by purpose still, to understand as the charitable practice was, in certain situations, appropriate for the State to omit in the attention to the lacking population of material goods.

KEY WORDS: Religion, churches, charity, poverty, State

Introdução

Quando pronunciamos a palavra caridade, logo nos vem à mente a idéia de que é uma prática religiosa que tem por finalidade a ajuda material e espiritual aos mais pobres da sociedade, atendendo a uma determinação divina expressa em textos sagrados.

Restringindo-nos à sociedade cristã-ocidental, definimos caridade como uma ação fundada em valores como altruísmo e bondade e que teria sido pregada e incentivada por Jesus Cristo, depois por seus discípulos e, posteriormente, por seus representantes institucionais, ou seja, as igrejas cristãs que pregam a caridade enquanto virtude maior a ser alcançada, determinando que o encontro com Deus se daria de forma mais completa quanto mais o fiel praticasse e vivesse a caridade, a fê e a esperança - a denominada virtude teologal, formulada por um dos disseminadores do cristianismo, o apóstolo Paulo (PRIMEIRA..., 1990).

A caridade, segundo essa concepção, possibilitaria uma relação de união e comunhão com o outro, seu irmão, porque considerado filho do mesmo pai, garantindo a salvação a rico e pobre, e a recompensa de uma vida eterna plena de amor e paz, já que os levariam a ações de acolhimento e humildade: ao primeiro pelo ato de ajudar e ao segundo pela aceitação do que

¹Este artigo é uma versão resumida do primeiro capítulo de minha tese de doutorado.

lhe fosse oferecido. Não conceberia o conflito e a discórdia entre quem tem mais e quem tem menos. Onde a caridade se fizesse presente, as desavenças diminuiriam.

Tendo essa premissa como pano de fundo, nos propomos a desenvolver um artigo no qual apresentamos a dupla face da caridade, isto é, expressão religiosa de homens e mulheres de uma determinada denominação religiosa e instrumento de fiscalização e controle de homens e mulheres excluídos do acesso a bens e serviços da comunidade. Há, ainda, o interesse de compreender como a prática caritativa também foi, em certa medida, apropriada pelo Estado para se imiscuir na atenção a esta população carente de bens materiais.

Para concretização dos objetivos do presente artigo, realizamos pesquisa em livros e artigos que abordam o tema religião, religiosidade, manifestação religiosa, caridade, assistência social, assim como levantamento em folders, atas e revistas das igrejas que fizeram parte do universo da pesquisa.

Também realizamos entrevistas semi-estruturadas com pastores dessas igrejas, tendo em vista que são nas falas que se encontram o intercâmbio das ações, pensamentos, estratégias e intenções dos líderes religiosos. Neste sentido, o acesso às fontes orais possibilitou compreender a doutrina e a teologia das denominações religiosas, a intencionalidade e a especificidade de cada uma delas no que tange aos valores espirituais e morais, a concepção de mundo que é transmitida aos membros das igrejas, e sua repercussão nos trabalhos desenvolvidos na área assistencial.

Ao entendermos a caridade como uma manifestação religiosa, partimos do princípio de que a religião caracteriza-se por ser um sistema de crenças e práticas que produz, conserva e garante um ethos e uma quantidade de significados que cada indivíduo tem acerca de sua experiência emocional, afetiva e espiritual, os quais são reproduzidos nas ações diárias em meio a uma realidade social marcada por conflitos e obstáculos, que por sua vez são produtos e produtores ativos do que ocorre nos demais campos - econômico, político, social e cultural. Como afirmou Weber (2004, p. 279): “A ação ou o pensamento religioso ou ‘mágico’ não pode ser apartado, portanto, do círculo das ações cotidianas ligadas a um fim, uma vez que também seus próprios fins são, em sua grande maioria, de natureza econômica”.

Nesse sentido, devemos ter em mente que caridade e religião não se encontram em uma esfera isolada da realidade de um dado contexto histórico. Ao contrário, elas seguem o movimento que se processa nos campos político, econômico, social e cultural.

Antes de continuar, é importante destacarmos que utilizamos o conceito de campo trabalhado por Bourdieu (2004), ou seja, um microcosmo no qual estão imersos os agentes sociais e as instituições produtoras, reprodutoras e transmissoras dos saberes, práticas e modos de pensar sujeitos a leis sociais próprias, possuindo relativa autonomia em relação ao macrocosmo, não obstante sofrerem as imposições deste macrocosmo.

Portanto, quando nos referimos a campo religioso estamos falando de um microcosmo no qual estão presentes diferentes religiões e grupos religiosos que estabelecem relações entre si e com os demais, produzindo, transmitindo e reforçando modos de ser, agir e pensar que repercutem em cada indivíduo em particular e na própria comunidade. Em sintonia com o que se dá nos campos social, político e econômico, os quais também produzem e reproduzem saberes e práticas.

Igrejas e a dupla face da caridade

A prática de ajudar, por meio de doações, aos que se encontram em situação de carência material sempre esteve presente em diferentes momentos históricos, pelo fato de a pobreza e os pobres serem invariavelmente tratados como inimigos da ordem pública e precisarem ser combatidos e controlados, ora pela coerção, ora pela coação. E a assistência material, nessa perspectiva, tornou-se um poderoso instrumento de controle social dessa população numerosa e relegada a segundo plano.

Foram as igrejas, que por sua natureza (justificada em princípios morais) e por sua função social, já que são locais onde vivenciam-se, e moldam-se e reproduzem-se comportamentos individuais e coletivos, que tomaram para si a tarefa de prestar assistência material e espiritual aos excluídos dos bens e serviços da sociedade.

Na verdade, a idéia e a ação de ajudar promovida por igrejas já vem de longa data. Se voltarmos a atenção para o cristianismo, verificamos que desde o início de sua expansão na Europa (século IV), a caridade foi pregada como valor a ser cultivado por quem desejava a salvação eterna. Conforme Silva (2002, p.78), na Hispânia Visigoda (região localizada no que hoje se conhece por Espanha) do século VI, era cada vez mais reforçada, com o apoio da nobreza e por meio da legislação real, a ação da Igreja junto à população necessitada de ajuda material, reconhecendo-se desta forma, “a responsabilidade da Igreja quanto a assistência das populações carentes expressivamente representadas nos espaços urbanos”.

Diniz (2004, p. 58) também relata que a Igreja de Mérida “no século VI possuía um imenso patrimônio a partir do qual estruturou um sistema assistencial tão importante que não encontrou similar no Ocidente cristão”. Como podemos constatar ao longo de séculos de história, como instituições inseridas no movimento da realidade, as igrejas – de diferentes denominações - se utilizaram (e continuam se utilizando) da população carente de bens materiais e de apoio espiritual para atender suas próprias demandas.

Quando nos voltamos para as ações da Igreja Católica no Brasil, nas primeiras décadas do século XX, verificamos que esta ampliou sua concepção de caridade diante da situação social e econômica que se descortinava.

Com o lento início do processo de industrialização brasileira, no final do século XIX, o crescimento dos centros urbanos e, como conseqüência, o aumento de famílias vivendo em situação de miséria, e do número de trabalhadores que não conseguia manter a si e a sua família apenas com seu salário, verificou-se que, ao lado de ações individuais de cunho caritativo, a hierarquia católica estimulou a fundação de instituições que atendessem a estes segmentos que viviam em estado de extrema carência, como por exemplo, a Associação das Senhoras Brasileiras (1920), no Rio de Janeiro, e a Liga das Senhoras Católicas (1923), em São Paulo (IAMAMOTO; CARVALHO, 1990).

Essas instituições tinham como propósito tanto amenizar a pobreza como contribuir para restabelecer a ordem social, econômica, política e, principalmente, evitar que as idéias socialistas e comunistas se alastrassem entre os trabalhadores das indústrias, já que o período foi marcado pela ascensão do movimento operário. Como destacou Batalha (2000, p. 27): “através de organizações ligadas à Igreja buscavam subtrair o operariado da influência anarquista e socialista e da ação sindical”.

Com a Revolução de 30 e ascensão de Getúlio Vargas ao poder, contínua e progressivamente, o Estado foi assumindo algumas ações na área da assistência que, por sua vez, foi sendo adequada ao contexto econômico, social e político pelo qual passava a sociedade brasileira. Preservava, no entanto, seu caráter de ação emergencial, fragmentada e compensatória, com características marcadamente paternalistas e repressoras e em sintonia com a benemerência e ações caritativas de indivíduos ligados à igreja e ao voluntariado privados (SPOSATI, 1988).

Enquanto o processo de industrialização corria a pleno vapor na região sudeste, nas demais regiões do país a realidade era outra: trabalhadores rurais eram expulsos de suas terras pela seca e/ou pelos proprietários de grandes latifúndios e migravam para as cidades em busca de melhores condições de vida e trabalho. Ao chegarem aos centros urbanos, iam morar em favelas ou cortiços, porque não conseguiam trabalho que lhes garantisse melhores condições de vida, por conta da pouca ou nenhuma qualificação. Moravam longe do centro da cidade e do local de trabalho, com transporte insuficiente e à margem do comércio, sem condições de acesso aos (poucos disponíveis) serviços públicos, como saúde, educação, assistência social.

As décadas de 1950 e 1960 foram marcadas pela diversificação da economia nacional, tendo em vista que, ao lado da indústria de bens de consumo e bens de capital, a indústria automobilística estimulou o crescimento de outras indústrias, como refinaria de petróleo, química, borracha e autopeças. O salário dos operários das indústrias cresceu, aumentando o consumo e favorecendo as indústrias voltadas para este fim. As multinacionais de outros setores também ocuparam espaços, com a instalação de indústria de fertilizantes e laboratórios de remédios (BENEVIDES, 1978).

A política desenvolvimentista adotada pelos governos Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek trouxe mudanças para a classe trabalhadora nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, onde se concentrou o esforço de industrialização. Mais uma vez, o crescimento industrial não se estendeu para todo o país. O Nordeste, região mais pobre do Brasil, sofreu com duas secas e uma enchente nos anos de 1950. Houve saques nos armazéns e cidades e milhares de homens, mulheres, idosos, crianças e adolescentes migraram para as regiões sul e sudeste, principalmente São Paulo, à procura de trabalho (BARROS, 1999).

Essa nova realidade econômica, social e política também provocou a formação de uma sociedade de massa que teve que readequar seus valores espirituais ao novo contexto que se apresentava, bem como de igrejas que atendessem aos anseios de uma nova leva de imigrantes e trabalhadores que se instalavam nas cidades. Assim, uma nova forma de viver e expressar a religiosidade - e que já havia se instalado no Brasil em 1910 e 1911, a partir do surgimento de duas igrejas, a Congregação Cristã no Brasil e a Assembléia de Deus, respectivamente - cresceu e ganhou maior visibilidade na sociedade: as igrejas evangélicas pentecostais (FRESTON, 1996)².

Cabe frisar que quando falamos de igreja pentecostal nos referimos a um segmento no interior do sub-campo protestante que prega a conversão, o batismo no Espírito Santo e a aceitação das determinações de Jesus Cristo, adotando uma ética comportamental que prega discrição no vestir e no agir, mas não leva ao afastamento das questões do mundo material.

²Freston (1996) apresenta como modelo explicativo para o surgimento e crescimento de uma diversidade de denominações religiosas no Brasil, a metáfora de ondas, a partir de um corte histórico-institucional. Primeira onda: 1910 -1911; segunda onda: 1950 – 1960; terceira onda: 1970 - 1980.

A rápida expansão dessa nova mensagem religiosa por diversas cidades, dando origem a centenas de igrejas e tendo a glossolalia como aspecto central, se deu principalmente entre os estratos sociais mais empobrecidos da sociedade, justamente porque aceitava e tratava como iguais aqueles que não tinham assento e voz nas Igrejas Católica e Protestantes Históricas - as Igrejas Luterana, Anglicana, Presbiteriana do Brasil, Presbiteriana Independente, Metodista e Batista.

Nas igrejas pentecostais que surgiam, não era o negro ou o operário ou a empregada doméstica que falava, mas o batizado no Espírito Santo que falava em línguas e que era ouvido e aceito pelos demais. Jesus Cristo e o Espírito Santo não faziam distinção de classe social, cor e sexo. Eles eram acessíveis a todos, bastava acreditar em seu poder.

Conforme a teologia pentecostal, Deus está presente em tudo e em todos os lugares e tempos; fatos passados, presentes e futuros estão relacionados em uma verdadeira fusão, cabendo ao Espírito Santo levar tudo e todos à sua plenitude, porque une vida corporal, sexual, emocional e psicológica. Homem e mulher se tornam íntegros e respeitados, desaparecendo também as divisões econômicas, sociais e culturais (MAGALHÃES, 2000).

Ainda de acordo com essa teologia, Deus penetra o convertido levando-o a uma experiência pessoal e exclusiva, assim como a uma vivência íntima com aquele que lhe possibilitará dar um novo sentido à vida, porque provocará mudanças em sua relação com os que estão à sua volta e até mesmo de sua identidade. Para essa revelação e contato íntimo com Deus, não há necessidade de intermediários, pois ele e seu filho Jesus Cristo se tornaram presentes de forma real e ativa na vida do novo crente, mediante a intercessão do Espírito Santo.

Conforme Magalhães (2000), é por meio do testemunho da experiência do Espírito Santo que o convertido expressa sua fé, a qual se alimenta e se fortalece na fidelidade, segurança e presença de Deus na vida cotidiana, onde se dá o embate pela sobrevivência. Nessa luta, o bem e o mal se encontram, porque, mais do que entidades sobrenaturais, são seres que agem nos indivíduos e nas coisas, afetando e determinando a ordem da sociedade.

Dessa forma, aquele que se converte e recebe o batismo do Espírito Santo tem a possibilidade de fortalecer-se perante as agruras da vida cotidiana, como o desemprego, a fome, a doença. As obras deixam de ser essenciais porque não serão elas que levarão à libertação e à salvação, mas a justificação pela fé.

Ademais, os neoconvertos também buscam, nessas novas igrejas, antigos valores, como amizade, ajuda e apoio da fraternidade cristã, isto é, a solidariedade do próximo que se encontra na mesma situação de exclusão social e em precárias condições de manter a si e a sua família.

E as igrejas pentecostais lentamente avançavam entre os trabalhadores sub-empregados e os desempregados, assim como entre suas famílias, pregando a bênção no Espírito Santo e a cura e a libertação das forças malignas para solução dos problemas cotidianos.

Já a ação das Igrejas Católica e Protestantes, no que tange a atenção aos mais empobrecidos, diferenciava-se. A primeira adotou novas práticas, como o Movimento de Educação de Base, Juventude Operária Católica, Juventude Universitária Católica, as quais passaram a dividir espaços com práticas tradicionais, como Congregado Mariano, Filhas de Maria, Apostolado da Oração, ocasionando maior proximidade com a pobreza das cidades e campos. Tais

atividades resultaram em uma reorientação teológica e social em sua tradicional forma de agir.

As Igrejas Protestantes Históricas, no que se refere às atividades organizadas e sistematizadas que contavam com o apoio e incentivo da administração da igreja, estas se voltaram majoritariamente para a educação formal, cuja finalidade consistia em expandir a mensagem evangélica ao maior número possível de pessoas, mas, principalmente, conquistar e garantir legitimidade em uma sociedade na qual predominavam os ideais e os valores católicos. Escolas e colégios para crianças e adolescentes, assim como universidades para os jovens foram criados nos principais centros urbanos brasileiros (MENDONÇA, 1995). Há que se destacar também, a criação de hospitais, em diversas cidades, para atendimento à população.

Na década de 1970, a situação econômica e social deteriorou-se ainda mais, apesar de o Brasil, conforme propaganda oficial, viver um momento de prosperidade econômica, denominada pelo governo militar e seus tecnocratas de "milagre econômico" (1968 - 1973). Neste período, foram registradas altas taxas de crescimento, com as grandes empresas – nacionais e estrangeiras - recebendo financiamentos por parte do governo para aumentar a produção, as taxas de lucro e ampliar o mercado consumidor (MENDONÇA; FONTES, 1996). Como se pode perceber, o chamado "milagre econômico" brasileiro não ocorreu por "obra divina", na verdade foram ações governamentais que assentaram as bases materiais para assegurar a supremacia da burguesia industrial e financeira.

Voltando mais uma vez para a atuação das igrejas na arena social e política, constata-se que, diante do crescimento da pobreza, da repressão promovida pela ditadura militar e seus agentes, que perseguiam e prendiam a todos que se opusessem ao regime, um novo olhar diante desta realidade e novas respostas foram apresentadas.

No interior da Igreja Católica, as repetidas falas de padres e bispos quanto à importância de uma harmonia e união entre patrão e empregado, entre ricos e pobres, passaram a dividir espaço com os discursos de lideranças leigas, de padres e de freiras que denunciavam as ações ilegais da ditadura militar e o aumento da pobreza entre os trabalhadores.

Nesse sentido, um novo olhar sobre a realidade latino-americana exigiu a elaboração de uma teologia que propusesse apresentar o evangelho em uma dimensão social e política, tendo por fundamento teórico o marxismo. Nasceu, então, a denominada Teologia da Libertação, que tomou por base a realidade latino-americana, marcada pela concentração de riquezas e desigualdades sociais para pregar e disseminar a palavra de Deus (LÖWY, 2000).

Essa postura dos defensores da Teologia da Libertação gerou uma crise no interior da Igreja Católica Latino-Americana, porquanto sua pregação exigia a revisão do posicionamento político da Igreja diante do agravamento dos problemas sociais.

Como se pode constatar, as adversidades do dia-a-dia dos fiéis e a situação social, econômica e política do país exigiram respostas que atendessem, mesmo que minimamente, aos anseios, dúvidas e dificuldades daqueles que buscavam a ajuda e a mediação da religião. E a prática caritativa, vivenciada primeiro como ajuda emergencial, foi revitalizada com o agravamento da crise econômica, levando religiosos e leigos a promoverem o surgimento e o fortalecimento das comunidades eclesiais de base e as pastorais sociais.

No dizer de Bingemer (1994, p. 307): “A opção pelos pobres, que é de toda a Igreja e não só de alguns de seus setores, por pertencer à medula mesma do Evangelho, a partir da teologia da

libertação, aparece com toda a sua profundidade e exigência de opção não apenas solidária, mas também conflitiva”.

Nesse mesmo período, as ações sócio-assistenciais de algumas denominações religiosas protestantes passaram a ganhar visibilidade após a publicação de um documento no qual as igrejas evangélicas deveriam se comprometer com as novas questões sociais que se apresentavam na realidade daquele momento: o denominado Pacto de Lausanne.

Com a declaração deste Pacto, fruto do Congresso Internacional de Evangelização Mundial, que reuniu 2700 líderes de igrejas evangélicas na Suíça, em 1974, deu-se grande ênfase à necessidade de evangelização das sociedades não-cristãs, sendo lembrada, não obstante, a importância de uma maior atenção à área social:

Afirmamos que a evangelização e o envolvimento sócio-político são ambos parte do nosso dever cristão. Pois ambos são necessárias expressões de nossas doutrinas acerca de Deus e do homem, de nosso amor por nosso próximo e de nossa obediência a Jesus Cristo. A mensagem da salvação implica também uma mensagem de juízo sobre toda forma de alienação, de opressão e de discriminação, e não devemos ter medo de denunciar o mal e a injustiça onde quer que existam (PACTO..., 1974).

Como se pode apreender do excerto destacado, houve destaque para a dimensão social da pregação e do testemunho do cristão, optando-se por uma evangelização que contemplasse os problemas sociais e anunciasse a salvação e a soberania de Jesus Cristo na realidade em que vive o evangelizado. Todavia, não significou tal Pacto o incentivo à participação dos membros das igrejas em movimentos sociais e políticos que pregariam a transformação da sociedade. A preocupação central era a evangelização de indivíduos e comunidades que não conheciam Jesus Cristo e sua mensagem; defendia-se a igreja como agente central para a difusão do evangelho.

Como destaca o documento: “a igreja é antes a comunidade do povo de Deus do que uma instituição, e não pode ser identificada com qualquer cultura em particular, nem com qualquer sistema social ou político, nem com ideologias humanas” (PACTO..., 1974).

A evangelização era considerada a atividade prioritária que levaria à ação social, não obstante seus principais teólogos – Padilla (1992) e Escobar (1969) - afirmarem que na missão integral, ação social e evangelização se complementariam. O propósito daqueles que defendiam e pregavam a missão integral era assistir os que estivessem em situação de pobreza absoluta, ajudando-os a atingir o potencial que Deus lhes havia dado, e permitindo, dessa forma, que aceitassem Jesus Cristo como único mediador entre o homem e Deus.

A missão cristã e evangelizadora deveria orientar-se para o desenvolvimento integral da pessoa nos aspectos social, cultural, religioso, econômico e político, tendo a justiça como fundamento. No dizer de Padilla (1992, p.152): “[...] nenhum desenvolvimento é verdadeiro se estiver concentrado no econômico e não der atenção adequada às questões mais profundas que afetam a humanidade e que têm a ver com o significado último da vida humana”.

Os destinatários da prática caritativa

Acreditamos que uma possível forma de concretizar a evangelização foi por meio da criação de instituições sócio-assistenciais e campanhas de solidariedade, quando houve a possibilidade de maior contato com diferentes segmentos sociais, principalmente junto

àqueles que estivessem em situação de pobreza e não tivessem acesso aos bens e serviços da comunidade. Citando Londrina como exemplo, foi neste período que, sob o patrocínio das igrejas protestantes históricas, surgiram instituições sócio-assistenciais voltadas para o atendimento à criança e à população carente do município.

Na pesquisa realizada por Alves (2002), esta registrou que entre as décadas de 1960 e 1970 a Câmara de Vereadores de Londrina concedeu o Atestado de Utilidade Pública a sete instituições sócio-assistenciais fundadas por membros das igrejas protestantes e também a sete instituições fundadas por igrejas pentecostais, todas tendo como população-alvo crianças, adolescentes ou famílias que viviam abaixo da linha de pobreza.

Na verdade, nas décadas de 1960 e 1970 as igrejas se viram compelidas a tomar uma atitude além da evangelização e da oração, visto que diante da situação econômica, social e política que se apresentava para toda a sociedade latino-americana, e no Brasil especificamente, não era possível que as denominações religiosas, fossem elas históricas ou pentecostais, ficassem alheias ao que se passava ao seu redor.

Outrossim, há que se destacar que muitos de seus fiéis também estavam excluídos do acesso aos bens e serviços da comunidade, vivendo em pequenas casas que não conseguiam abrigar todos os membros, sobrevivendo com alimento insuficiente para matar a fome de todos, com o remédio que não podia ser comprado porque não havia o dinheiro necessário, com a violência doméstica. Situações que eram enfrentadas cotidianamente, exigindo das igrejas uma atenção que ia além de orações, já que muitas pessoas destas se aproximavam em busca de solução para estes problemas.

Como se pôde verificar com a pesquisa citada, outro segmento religioso que também respondeu aos problemas que emergiam cotidianamente da realidade de seus fiéis, foram as igrejas evangélicas pentecostais, grupo formado por numerosas igrejas que conheceu significativo crescimento no período em questão. Não obstante sua ação centrada na oração, com o reforço da subjetividade e da emoção, também voltaram sua atenção para homens, mulheres, crianças e idosos carentes de bens materiais e serviços sócio-assistenciais.

Contudo, essas ações partiram da iniciativa de pastores que, ou possuíam uma formação religiosa mais aprimorada, com conhecimentos teológicos, filosóficos e legais, levando-os a dedicarem-se a uma atenção mais planejada e sistematizada junto à população carente; ou de pastores que, fundamentados por motivações pessoais, voltaram-se para esta área, mas expressando dificuldades tanto de explicar esta motivação, quanto para levar o trabalho adiante.

Em entrevistas realizadas entre os meses de junho de 2006 e março de 2007 com pastores de igrejas pentecostais de Londrina - que fundaram e mantêm ou mantiveram instituições assistenciais, e recebem ou já receberam recurso financeiro do poder público municipal - indagados quanto aos motivos da existência de indivíduos e famílias pobres, a resposta nos leva a perceber que a concepção de mundo dos líderes das igrejas se aproxima, reforçando e reproduzindo a idéia de que os pobres são vítimas e algozes de seu infortúnio, e a fé e a oração são os únicos caminhos possíveis para superação desses males:

As igrejas cristãs, evangélicas principalmente, visam mais a questão espiritual. Porque quando você está bem com Deus, você ora, você tem um estado de espírito tranquilo e isto vai dar condições de você encontrar caminhos que vêm solucionar a sua questão física [...]. A Bíblia diz

claramente que a questão espiritual é o fundamental na vida do ser humano [...]. (Pr. 1)

Desde o princípio do mundo, teve pessoas que sofrem. Pobres existem desde o princípio. Mas, Deus sempre mandou ajudar os pobres [...]. Assim como o corpo morto está sem o espírito, assim a fé sem a obra é morta. As pessoas drogadas caem nessa situação por motivo de falta de um cuidado. Talvez a ter uma ajuda religiosa, que venha orar. (Pr. 2)

A pobreza, para aqueles que compartilham essa concepção de mundo, decorre de uma situação individual, tanto do que tem mais, porque movido pelo egoísmo, pelo anseio do ganho fácil, que o leva a explorar seus empregados, pagando-lhes salários injustos e a não ajudar os mais necessitados, quanto do que nada tem, porque uma força fora deste mundo, maligna, o estaria impedindo de prosperar, de ter um emprego, a casa própria. Somente pela fé em Deus e em Jesus Cristo seria possível superar esta força que estaria dominando a vida do crente. Em um culto, ouvimos o pastor proclamar: “Creia que você não é um derrotado porque quem anda com Jesus não é um derrotado” (pastor em culto realizado em setembro de 2007).

Verifica-se que as igrejas pentecostais, de modo geral, não adotam como prática a criação e manutenção de instituições sócio-assistenciais, ou mesmo o incentivo para seus membros realizarem atividades assistenciais. Quando o fazem, são ações ancoradas em um trabalho individual, centralizadas no pastor ou pessoas de sua confiança, não o trabalho de um grupo ou da própria instituição religiosa, uma vez que não é uma ação prevista e planejada em seus estatutos.

O trabalho assistencial se daria em função da necessidade de atender as determinações da Bíblia, onde estaria a palavra de Deus, para amparar os mais desafortunados; mas, uma atenção centrada nos problemas individuais, tendo a oração e a fé como instrumentos para a “batalha” contra o inimigo que impediria a solução dos problemas.

Postulamos que a entrada das igrejas evangélicas pentecostais nessa seara, isto é, a assistência social, é motivada pelo crescimento do número de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza, entre elas, seus fiéis, que vão em busca de solução para seus problemas imediatos. Em um mercado tão competitivo como o religioso, apresentar novos serviços possibilitaria aumentar o número de fiéis, além de demonstrar respeitabilidade porque preocupados com os problemas sociais.

Há que se destacar ainda, a omissão do Estado, cuja intervenção na área assistencial, de modo geral, configura-se como uma ação emergencial, fragmentada e autoritária – porque o usuário deve atender aos critérios estabelecidos para ser atendido – e não um serviço para assegurar e possibilitar acesso aos demais direitos sociais – saúde, educação, habitação - àqueles que se encontram em precárias condições materiais de vida.

É a partir dessa perspectiva que o poder público estimula a solidariedade, que deixou de ser um instrumento de união entre indivíduos ou mesmo entre grupos e classes sociais para se tornar uma ferramenta nas mãos do Estado para omitir-se na garantia do mínimo necessário para a sobrevivência dos mais pobres, incentivando, para tanto, a criação de uma rede de solidariedade, e tendo as igrejas como um dos principais sustentáculos desta rede.

E elas não se omitiram, responderam com iniciativas para essa área, como a criação de instituições sócio-assistenciais e promoção de campanhas de solidariedade. Todavia, a ação

das igrejas na esfera sócio-assistencial gerou novos questionamentos: em que medida a população deve enquadrar-se nas normas e critérios estabelecidos pela instituição filantrópica mantida pelas igrejas, que defendem e pregam princípios doutrinários e valores morais e espirituais? E até que ponto o atendimento à população carente não está condicionada aos princípios e valores religiosos dos voluntários e/ou funcionários que pautam sua ação na caridade?

Caberia ao poder público a atenção àqueles que se encontram abaixo da linha da pobreza, pois está prevista na lei maior do país, a Constituição de 1988 e na Lei Orgânica da Assistência Social, de 1993, que a assistência social também é uma política social pública, ou seja, no lugar da prática caritativa de voluntários da sociedade e das igrejas, o Estado, ao menos na lei, tornou-se o principal responsável pela atenção e enfrentamento à pobreza:

Artigo 1º - A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade para garantir o atendimento às necessidades básicas (BRASIL, 1993).

Proselitismo e defesa dos direitos sociais não caminham na mesma estrada (será que ao menos na mesma direção?), porque enquanto o segundo visa mudanças e melhorias sociais por meio do acesso aos recursos e serviços da comunidade sob a garantia e proteção do Estado, o primeiro fundamenta-se na idéia de que a crença e a prática religiosa é a garantia de conseguir prosperidade, saúde, emprego.

Para a sociedade brasileira, marcada pela má distribuição de renda e desigualdade social, oferecer serviço assistencial de qualidade pelo poder público e/ou voluntários não é considerado prioridade, já que há a concepção de que para homens, mulheres, idosos, crianças e adolescentes que vivem abaixo da linha de pobreza, qualquer ajuda concedida é considerada suficiente. Como cidadãos sem acesso às riquezas e sem as garantias dos direitos sociais, restam-lhes depender da boa vontade e caridade dos demais cidadãos e “irmãos”, porque a fé lhes restituiria uma nova condição de vida. Nesta perspectiva, se não conseguiu vencer a pobreza, o motivo estaria na fraqueza de sua personalidade e pouca vontade de melhorar.

Contatamos que as igrejas e seus membros têm como atividade primeira e prioritária orar e louvar a Deus. Quando decidem pôr em prática uma das virtudes teológicas - a caridade - os problemas começam a se manifestar, principalmente quando há a decisão de institucionalizá-la, ou seja, criar instituições assistenciais.

Considerações finais

A Igreja Católica e as Igrejas Protestantes Históricas e Pentecostais empenharam-se para apresentar respostas para o mesmo problema, não obstante a diferença em suas doutrinas e concepções de fé e de mundo. E com um detalhe importante, as igrejas pentecostais utilizaram do mesmo instrumento utilizado pela Igreja Católica para penetrar mais e mais nos segmentos mais carentes, ou seja, as instituições sócio-assistenciais.

Todavia, há uma diferença significativa entre essas instituições religiosas: enquanto para a Igreja Católica a atenção aos mais pobres se faz exercer de forma sistematizada desde sua expansão pela Europa, como possibilidade de conquistar espaço político e social e garantir a salvação por meio de obras, para as igrejas protestantes históricas e pentecostais, as obras não levam por si só à salvação, mas apenas a fé em Deus e seu filho Jesus.

Independente de definições e intenções na prática da caridade cristã, verificamos que, de acordo com essa perspectiva, a negação do conflito gera uma relação que se propõe de irmãos, mas não irmãos em condições de igualdade, porque um está em melhor situação social e econômica do que o outro: o que tem mais conquista a redenção através da doação e da esmola, pois o Reino de Deus não é acessível para quem tem muitos bens materiais e não ajuda aquele que não tem condições de se manter; e o que tem menos permite que ambos conquistem a salvação, porque aceita sem reclamar o que lhe é dado já que, por razões pessoais, não conseguiu sobreviver sem a beneficência de outrem.

Adaptar a prática da caridade, fundamentada no sagrado, às determinações da lei, com base em princípios terrenos, exige que os valores religiosos sejam reelaborados, exige também rever o modo de pensar e agir. Contudo, esta é uma situação que poucos estão dispostos a enfrentar. Agradecer ou culpar a um deus onipresente e poderoso pelos problemas sociais existentes aqui na terra torna-se o caminho menos trabalhoso, doloroso e conflituoso.

É por essa razão que defendemos que a caridade, um princípio religioso que orienta a ação solidária de fiéis e membros de diferentes denominações religiosas, deveria limitar-se a situações emergenciais junto aos mais carentes de bens materiais, tendo em vista que esta ação não tem por objetivo, e nem há esta possibilidade, a busca de soluções para superar as dificuldades materiais de sobrevivência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, J. M. **História da Assistência Social aos Pobres em Londrina: 1940-1980**. 2002. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual Paulista, Assis, São Paulo, 2002.

BARROS, E. L. **O Brasil de 1945 a 1964**. São Paulo: Contexto, 1999.

BATALHA, C. **O movimento operário na Primeira República**. Rio Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000. (Coleção Descobrimdo o Brasil)

BENEVIDES, M.V.M. **O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

BINGEMER, M.C.L. A opção pelos pobres: uma opção solidária ou conflitiva? In: **Doutrina Social da Igreja e Teologia da Libertação**. São Paulo: Ed. Loyola, 1994. p. 297-310

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. 5ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social**, nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993. Brasília: Senado Federal, 1993.

DINIZ, R. C. D. **A problemática da assistência na sociedade visigoda nos séculos VI e VII: um estudo comparativo dos modelos assistenciais masoniano e isidoriano**. 2004. Dissertação (Mestrado em História Comparada) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

LÖWY, M. **A guerra dos deuses: religião e política na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MENDONÇA, A.G. **O celeste porvir: a inserção do protestantismo no Brasil**. São Paulo: ASTE, 1995.

FRESTON, P. Breve história do pentecostalismo brasileiro. In: **Nem anjos nem demônios: interpretações sociológicas do pentecostalismo**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1996. p.67 – 159.

IAMAMOTO, M., CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 7ª ed. São Paulo: Cortez-Celats, 1990.

MAGALHÃES, A.C.M. O Espírito Santo como tema central da teologia: conflitos, perspectivas, desafios. **Via Teológica**, Curitiba, nº 2, p. 67-102, dez. de 2000.

MENDONÇA, S.R., FONTES V.M. *História do Brasil recente: 1964 – 1992*. 4ª ed. São Paulo: Ed. Ática, 1996.

PACTO de Lausanne. In: **CONGRESSO INTERNACIONAL DE EVANGELIZAÇÃO MUNDIAL**, 1., 1974, Lausanne, Suíça. Disponível em : <http://www.monergismo.com/textos/credos/Pacto_de_Lausanne.pdf> Acesso em: 15 jun.2004.

PADILLA, R. **Missão integral: ensaios sobre o Reino e a igreja**. São Paulo: Fraternidade Teológica Latinoamericana – Setor Brasil e Temática Publicações, 1992.

PRIMEIRA carta aos Coríntios. In: BÍBLIA. Português. **Bíblia Sagrada**. São Paulo: Paulus, 1990. cap. 3, p.1474

SILVA, C.N. **As ações assistenciais promovidas pelas igrejas pentecostais no Município de Londrina (1970 – 1990)**. 181 p. Assis, 2008. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de História, Universidade Estadual Paulista.

SILVA, L.R. da. Algumas considerações acerca do poder episcopal nos centros urbanos hispânicos – século V ao VII. **História: Questões & Debates**. Curitiba, nº 37, p. 67-84, jul./dez. 2002.

SPOSATI, A. **Vida urbana e gestão da pobreza**. São Paulo. Cortez Ed., 1988.

WEBER, M. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. 4ª ed. Vol. 1. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 2004.